

Programa de Pós-Graduação: Mestrado e Doutorado em Administração e Globalização (PPGA)

Disciplina: Políticas Públicas Regionais

Professor: Prof. Dr. Luís Paulo Bresciani

Carga horária: 60 horas

Créditos: 20 créditos

(X) Eletiva () Obrigatória

Ementa:

A disciplina trata de políticas públicas destinadas a promover o desenvolvimento no âmbito regional/local. Parte dos condicionantes estruturais do final do século XX e início do século XXI – globalização e crise do Estado-nação – para discutir o ciclo de políticas públicas e o processo de descentralização das políticas públicas. Decorre daí o estudo da governança territorial, governança metropolitana e governança das cidades-regiões para preservar e melhorar a sua prosperidade e o seu bem-estar, evidenciando, de um lado, a heterogeneidade (cultural, social e econômica) e, de outro, os desafios para as noções tradicionais de democracia e cidadania. Especial atenção será dada a arranjos territoriais intergovernamentais inovadores, a exemplo de consórcios públicos, agências de desenvolvimento regional e arranjos de desenvolvimento da educação.

Objetivos:

Apresentar as conformações das políticas públicas do Estado contemporâneo brasileiro. Discutir os seus principais condicionantes, apontando para a complexidade do processo de gestão pública, uma vez que vários são os agentes envolvidos, seja no âmbito da sociedade civil, seja no âmbito do poder público. Situar este debate no âmbito da questão do território e da regionalidade tendo como referência original a região do Grande ABC, mas ampliando para outros recortes territoriais no plano nacional, com destaque para o associativismo territorial.

Conteúdo:

O programa será dividido em quatro blocos principais:

1. **Globalização e Estado:** condicionantes estruturais e os desafios do Estado-nação.
2. **Políticas Públicas**
 - 2.1 Definições e conceitos gerais; o ciclo de políticas públicas
 - 2.2 Avaliação de políticas públicas: Métodos de avaliação; Incentivos, focalização e impactos
 - 2.3 Monitoramento de políticas públicas
 - 2.4 Indicadores
3. **Arranjos intergovernamentais, políticas públicas e desenvolvimento territorial** (aulas 6 a 13)
 - 3.1. O Estado brasileiro e a estruturação federativa das políticas públicas; territorialização das políticas públicas
 - 3.2. O planejamento regional; programas de desenvolvimento local e regional; Eixos estruturantes, agendas e programas estratégicos
 - 3.3. A formação de consórcios públicos e outros arranjos territoriais
 - 3.4. Políticas públicas e regionalidade: casos específicos a partir do Grande ABC (desenvolvimento local, saúde e economia solidária)
 - 3.5. Governança pública: nova forma, novos sujeitos, participação e controle social
4. **Os desafios da governança metropolitana e da articulação interfederativa**
 - 4.1 Gestão e governança metropolitana: estudos internacionais
 - 4.2 Governança metropolitana: dilemas e a experiência brasileira
 - 4.3 O Estatuto da Metrópole e os planos diretores metropolitanos

Metodologia:

A disciplina será conduzida através de aulas expositivas, análises de casos reais, seminários para reflexão e elaboração sobre os temas abordados, vídeos e documentos de apoio.

Avaliação:

Será realizada em função de três entregas ao longo do semestre: (1) Elaboração de artigo relacionado a algum dos temas abordados, ou trabalho dirigido e diretamente relacionado ao conteúdo da disciplina e respectivo projeto de dissertação ou tese, quando pertinente; (2) Notas de leitura, referentes às leituras prioritárias indicadas (3) Seminários e Informes de Leitura, distribuídos ao longo do semestre em função do número de alunos participantes (mínimo de dois e máximo de três seminários).

Referências:

ABRUCIO, Fernando Luiz. A cooperação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. Revista de Sociologia Política, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, n. 24, p. 41-67, jul. 2005.

ABRUCIO, F.L.; FRANZESE, C. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. In: ARAÚJO, M.; BEIRA, L. (Org.). Tópicos da Economia Paulista para Gestores Públicos. São Paulo: Fundap, 2007. v.1, p.13-31. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/242213262_Federalismo_e_politicas_publicas_o_impacto_das_relacoes_intergovernamentais_no_Brasil>. Acesso em: 14 nov 2021.

ABRUCIO, F.L.; SANO, H. A experiência de cooperação interestadual no Brasil: formas de atuação e seus desafios. In: Cadernos Adenauer XII, nº 4. Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2012. P.91-110.

ABRUCIO, F.L.; SANO, H.; SYDOW, C.T. Radiografia do associativismo territorial brasileiro: tendências, desafios e impactos sobre as regiões metropolitanas. In: KLINK, J. (org.). Governança das metrópoles: conceitos, experiências e perspectivas. São Paulo, Annablume, 2010.

ALVES, H. Co-creation and innovation in public services. Service Industries Journal, Jul2013, Vol. 33 Issue 7/8, p671-682.

ARRETCHE, M.. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre & CARVALHO, Maria do Carmo Brant (orgs.). Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais. São Paulo: IEE/PUC, 2001.

ARRUDA, P.N. et al. Gestão dos serviços públicos de água e esgoto operados por municípios em Goiás. Revista Ambiente e Água, v.11, n.2, p.362-376, 2016.

BALBIM, R. A nova agenda urbana e a geopolítica das cidades. In: COSTA, M.A. et alii. A nova agenda urbana e o Brasil. Brasília, IPEA, 2018. /cap.1, p.13-28/

BECKER, B. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010.

BEL G. et alii. Does cooperation reduce service delivery costs? Evidence from residential solid waste services. Journal of Public Administration Research and Theory 24(1):85–107, December 2012.

BEST, N. A experiência do Grande Recife Consórcio de Transporte Metropolitano. In: Fundação Konrad Adenauer. Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2012.

BONGIOVANNI, L.A.; MALVESE, S.T. Gestão de riscos como política pública prioritária no Grande ABC. Bento Gonçalves, 15º Congresso Brasileiro de Geologia de Engenharia e Ambiental, 2015.

BRASIL. Lei 11.107, de 6 de abril de 2005. Brasília, Casa Civil da Presidência da República, 2001. /Lei de Consórcios Públicos/. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm]. Acesso em: 14 nov 2021.

BRASIL. Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007. Brasília, Casa Civil da Presidência da República, 2007. /Regulamenta a Lei 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos./ Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6017.htm]. Acesso em: 14 nov 2021.

BRASIL. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Transposição do Rio São Francisco: análise de oportunidade do projeto*. In: Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2010 (a).

_____. *Acessibilidade no transporte urbano de passageiros: um panorama da política pública federal*. In: Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2010 (b).

_____. Uma análise do transporte terrestre de cargas brasileiro. In: Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2010 (c).

_____. Situação Atual e Perspectivas do Programa Federal de Apoio à Gestão Urbana Municipal. In: Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2010 (D).

BRASIL. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Caracterização e quadros de análise comparativa da governança metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana (componente 1) – Região Metropolitana de São Paulo*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2015.

BRASIL. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas do MDS. In: MORAIS, J. (org). *Ações premiadas no 11º concurso Inovação na Gestão Pública Federal 2006*. Brasília, ENAP, 2007.

BRESCIANI, L.P. Tradição e transição: o caso do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. In: Fundação Konrad Adenauer. *Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2012.

_____. O mapa do caminho: desafios, planejamento e atuação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. In: BNDES. *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Sudeste*. Rio de Janeiro, BNDES, 2015.

BRESSER PEREIRA, L.C. A reforma do Estado dos anos noventa: lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

BRITO, A.S. Uma proposta metodológica para análise política e institucional de consórcios públicos como espaços de gestão compartilhada de políticas. *Rev. Serv. Público Brasília* 69 (3) 631-654 jul/set 2018.

BRITTO, A.L.N.P. et alii. Experiências de cooperação interfederativa no Brasil. Reflexões a partir de um estudo comparativo de consórcios intermunicipais de saneamento básico. *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, julho/dezembro 2016, p. 159 a 180.

BROSE, M. Descentralização e good government: como aperfeiçoar o desempenho dos governos locais? *Revista do Servidor Público*, 53(2) jul/set, p 93-135, 2002.

CAPELLA, A.C.N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. *BIB, São Paulo*, n. 61, 1º semestre de 2006, pp. 25-52.

CARMELI, A. The Managerial Skills of the Top Management Team and the Performance of Municipal Organisations. *Local Government Studies*, Vol. 32, No. 2, P. 153 – 176, April 2006.

CARNEIRO, J.M.B; DILL, G. *Arranjos federativos regionais na Alemanha e o papel articulador dos Landkreise*. In: Fundação Konrad Adenauer. *Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2012.

- CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos Cebrap*. 45, julho, p. 152-166, 1996.
- CATTANI, A.D.; FERRARINI, A.V. Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza. *Rev. Katál. Florianópolis* v. 13 n. 2 p. 164-172 jul./dez.2010.
- CAVALCANTE, P.; CAMOES, M.R.S.; SEVERO, W.R. Inovação pública no Brasil: uma visão geral de seus tipos, resultados e indutores. In: CAVALCANTE, P. et alii. *Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil*. Brasília, ENAP/IPEA, 2017. /p.119-147/
- CERRI, L. et alii. Mapeamento de risco em assentamentos precários no município de São Paulo. *Geociências*, v.26, n.2, p.143150, 2007.
- CLEMENTINO, M.L.M. a atualidade e o ineditismo do Consórcio Nordeste. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, n. 21, jul.-dez. 2019.
- CODIVAR. CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIBEIRA E LITORAL SUL. *Planejamento Estratégico Vale do Ribeira e Litoral Sul 2030*. Itanhaém, CODIVAR, 2018.
- CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL. *Ações conjuntas para problemas comuns*. Campo Grande, Consórcio BrC, 2018.
- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC; UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. *Diagnóstico Habitacional Regional*. Santo André, Consórcio/UFABC, 2016. /capítulos 1 e 4/
- COSTA, M.A.; TSUKUMO, I. (org.). *40 anos de regiões metropolitanas no Brasil*. Brasília, IPEA, 2013. /cap.16/
- CRAVACUORE, D. El asociativismo intermunicipal. In: CRAVACUORE, D.; CHACÓN, A. *El Asociativismo Intermunicipal en América Latina*. Santiago, Ediciones Universidad Tecnológica Metropolitana, 2016.
- CUNHA, B.Q. Uma análise da construção da agenda de inovação de inovação no setor público a partir de experiências internacionais precursoras. In: CAVALCANTE, P. et alii. *Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil*. Brasília, ENAP/IPEA, 2017. /p.43-58/
- DALLABRIDA, V.; BECKER, D. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In: BECKER, D.; WITTMANN, M. *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2008.
- DENALDI, R. et alii. *Urbanização de favelas na Região do ABC no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento-Urbanização de Assentamentos Precários*. *Cadernos da Metrópole*, v. 18, n. 35, pp. 101-118, abr 2016.
- DINIZ, C.C.; CAMPOLINA, B. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. *Revista Eure*, v. 33, n. 08, p. 27-43, maio, 2007.
- DOURADO, D.A.; ELIAS, P.E.M. Regionalização e dinâmica política do federalismo sanitário brasileiro. *Revista Saúde Publica*, v.45, n.1, p. 204-11, 2011.
- DRAIBE, S. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In BARREIRA, M.; CARVALHO, M. (orgs.). *Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais*. São Paulo: IEE/PUC, 2001.

DYE, T. R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. Políticas Públicas e Desenvolvimento. Brasília: Editora UnB, 2010.

ERBER, F.S. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. Nova Economia, v. 18 (1), p.11-32, janeiro-abril de 2008.

FARAH, M. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. Revista de Administração Pública, 35(1), p 119-144, 2001.

FERNANDES, A.S.A. et alii. Uma análise dos consórcios intermunicipais para serviços de tratamento de resíduos sólidos a partir da ação coletiva institucional. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Rio de Janeiro, 54(3):501-523, maio - jun. 2020.

FREITAS, A.; DIAS, M. O colegiado de desenvolvimento territorial e a gestão social de políticas públicas: o caso do Território Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. RAP, v. 46, n.5. pp. 1201-223, set./out. 2012.

FONSECA, F. A trama conflituosa das políticas públicas. Cadernos EBAPE.BR, v.14, ed.especial, 2016.

GIDDENS, A. Um mundo em mudança. In: _____. Sociologia. Porto Alegre, Artmed, 2005. (p.60-80).

GOMES, M.H.S.C. et alii. Política Nacional De Resíduos Sólidos: perspectivas de cumprimento da Lei 12.305/2010 nos municípios brasileiros, municípios paulistas e municípios da região do ABC. Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. 7, Edição Especial, p. 93-110, Nov. 2014.

GOMIDE, A.; PIRES, R. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos Institucionais para análise de políticas públicas. In: GOMIDE, A.; PIRES, R. (org.). Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: Ipea, 2014.

GOULART, S. et alii. Articulações em rede e acontecimentos no território: subsídios teóricos para a formação de políticas públicas para o desenvolvimento. CADERNOS EBAPE. BR, v. 8, nº 3, artigo 1, Set. 2010 p. 388-403.

GRIN, E.J. Federalismo, governança e cooperação intermunicipal no Brasil: um balanço da literatura. In: Carneiro, J.M.B.; Brito, E.S. (org). Consórcios Intermunicipais e Políticas Públicas Regionais. São Paulo, Oficina Municipal, 2019. /p.37-54/

GRIN, E.J.; ABRUCIO, F.L. La cooperación intermunicipal en Brasil frente al espejo de la historia: antecedentes críticos y la dependencia de la trayectoria después de la creación de la Ley de los Consorcios Públicos Revista Políticas Públicas 2017. Vol.10(2):

GRIN, E.J.; SEGATTO, C.I.; ABRUCIO, F.L. El asociativismo intermunicipal en Brasil. In: CRAVACUORE, D.; CHACÓN, A. El Asociativismo Intermunicipal en América Latina. Santiago, Ediciones Universidad Tecnológica Metropolitana, 2016.

HENRICHES, J.A. Mapeamento dos consórcios públicos brasileiros. Brasília, CNM, 2018.

JANUZZI, Paulo de Martino. Monitoramento e avaliação de programas: uma compilação conceitual e metodológica para orientar a produção de conhecimento aplicado para aprimoramento da gestão pública. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome, v.1 – Brasília, DF, 2014.

JULIÃO, K.S. Cooperação intergovernamental na saúde: os Consórcios Públicos de Saúde no Ceará como estratégia de coordenação estadual. In: Carneiro, J.M.B.; Brito, E.S. (org). Consórcios Intermunicipais e Políticas Públicas Regionais. São Paulo, Oficina Municipal, 2019. /p.141-158/

KAHN, S. Reflexões sobre sustentabilidade urbana. *Ciência & Cultura*, v.67, n.1, jan./mar. 2015, p.4-5.

KLINK, J. Regionalismo e reestruturação urbana: uma perspectiva brasileira de governança metropolitana. *Educação*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 217-226, maio/ago. 2009.

_____. *Escalas, territórios e o espaço metropolitano na Europa: o caso de Madrid*. In: Fundação Konrad Adenauer. Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2012.

_____. Perspectivas recientes sobre la organización metropolitana. Funciones y gobernabilidad. In: ROJAS, E. et alii. *Gobernar las metropolis*. Washington, BID, 2005. /cap. 3/

LEONETI, A.B. Saneamento básico no Brasil. *RAP*, v.45, n.2, p.331-48, jan./mar. 2011.

LOTTA, Gabriela. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A (org). *Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática*. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012.

LUI, L. Cooperação interfederativa e Regionalização da saúde: a atuação dos consórcios intermunicipais no Rio Grande do Sul. In: Carneiro, J.M.B.; Brito, E.S. (org). *Consórcios Intermunicipais e Políticas Públicas Regionais*. São Paulo, Oficina Municipal, 2019. /p.127-140/

LUSTOSA DA COSTA, F. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. *Revista de Administração Pública*, v. 42 (5), set/out, p.829-874, 2008.

LUSTOSA DA COSTA, F.; CASTANHAR, J.C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, v. 37 (5), set/out, p. 969-992, 2003.

MARICATO, E. Metrôpoles desgovernadas. *Estudos Avançados*, v.25, n.71, 2011. p.7-22.

MARTINS, R.; MARTINS, C.V.B. Modalidades da gestão das dimensões de resíduos sólidos urbanos em consórcios intermunicipais. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 11, n. 2, p. 192-215, mai-ago/2015.

MARTINS, R.; VAZ, J.C.; CALDAS, E.L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. *RAP*, v. 44, n.3, p. 559-90, maio/jun. 2010.

MEZA, O.D. et alii. Intermunicipal Cooperation in Metropolitan Regions in Brazil and Mexico: Does Federalism Matter? *Urban Affairs Review* 2019, Vol. 55(3) 887–92.

MONTEIRO, J.V. Os níveis de análise das políticas públicas. In: Saravia, E.; Ferrarezi, E. *Políticas públicas: coletânea*. Brasília: ENAP, 2006.

NOGUEIRA, F. et alii. Políticas públicas regionais para gestão de riscos: o processo de implementação no ABC, SP. *Ambiente & Sociedade*, v. 17, n. 4, p. 177-194, out.-dez. 2014.

PEREIRA, M.; BARCELLOS, C. O território no programa de saúde da família. *Hygeia*, V.2., n.2, jun. 2006.

- PESSOA, Fernando. Clusters. In: FRANCO, G. (org). A economia em Pessoa: verbetes contemporâneos e ensaios empresariais do poeta. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- PIRES, F.F. Do ponto de vista das crianças: uma avaliação do Programa Bolsa-Família. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome, v.1 – Brasília, DF, 2014, p.216-237.
- PIRES, R.; GOMIDE, A. Análise comparativa: arranjos de implementação e resultados de políticas públicas. In: GOMIDE, A.; PIRES, R. (org.). Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: Ipea, 2014.
- PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO et alii. Arranjos cooperativos intergovernamentais. Brasília, PNUD, 2020.
- PORTER, M. Clusters and the new economics of competition. Harvard Business Review, nov./dec. 1998.
- RODRIK, D. The Globalization paradox. New York, Norton & Company, 2011.
- SANTOS, A. M. S. P. Descentralização e autonomia financeira municipal: a perspectiva das cidades médias. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 101-126, nov. 2004.
- SEN, A. How to Judge Globalism. The American Prospect ,Volume 13, Issue 1. January 1, 2002 - January 14, 2002. (Disponível em <http://www2.econ.uu.nl/users/marrewijk/pdf/ihs/geo/sen%202000%20judge%20glob.pdf>).
- SINGER, P. A América Latina na crise mundial. Estudos Avançados, v.23, n.66, 2009. p. 91-102.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. 2006.
- SOUZA, C. Governos locais e gestão de políticas universais. São Paulo em Perspectiva, v. 18 (2), p. 27-41, 2004.
- SOUZA, C. Regiões metropolitanas: condicionantes do regime político. Lua Nova, n.59, 2003. p. 137-159.
- SOUZA, Y.; SECCHI, L. Extinção de políticas públicas: síntese teórica sobre a fase esquecida do policy cycle. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v.20, n.66, jan./jun. 2015, p. 75-93.